

# **Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas, a Insustentabilidade do Capital e os Desafios para a Produção de Alimentos \***

**Antonio Thomaz Junior**

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da FCT//UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT; autor de *Por trás dos canaviais os nós da cana*; *Geografia Passo-a-passo*. [thomazjrgeo@terra.com.br](mailto:thomazjrgeo@terra.com.br)

## **Introdução**

Seria impraticável refletir sobre o papel do Estado, no Brasil, na agropecuária, desconsiderando a participação da política agrária juntamente à Política agrícola no desenvolvimento das forças produtivas, apesar de haver divergências a esse respeito, como nos lembram Delgado (2005) e Ramos (2005).

Estamos com isso demarcando posição por entender que, mesmo que não esteja explícita a política agrária, os objetivos, os instrumentos utilizados pela política agrícola, normalmente setorial, influenciam e são influenciados decisivamente pela estrutura fundiária, o processo histórico de ocupação/apropriação das terras, da mesma forma que as políticas de desenvolvimento rural, que se fazem presentes com a mesma denominação e combinam diversas nomenclaturas, predominantemente com os qualificativos territorial, sustentável etc. Mas, para o momento, gostaríamos de estreitar os sentidos e os significados das políticas agrícolas e agrárias, com destaque para aquelas.

O exemplo mais recorrente é o que se territorializou no Brasil, na década de 1970, quando da política da “modernização” – terminologia para explicar o potenciamento tecnológico, elevação dos patamares de produtividade e de produção, à base da expulsão e expropriação de milhões de famílias (colonos, moradores, camponeses, assalariados etc.), mas seguido da intensificação da concentração da propriedade da terra e, para ser mais direto, podemos lembrar o caso da cana-de-açúcar, via Proálcool, como tivemos oportunidade de estudar em particular.

Com vistas a fazer essas reflexões que nos possibilitem vincular Estado, política agrícola e desenvolvimento das forças produtivas, consideraremos alguns aspectos históricos mais marcantes, que dão significado às mudanças nas relações de produção e de trabalho na agropecuária e que espacialmente revelam os efeitos da mercantilização e avanço das relações

---

\* Esse texto é parte das reflexões que apresentamos na tese de livre docência, defendida em julho de 2009, “Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)”. Ver: Thomaz Junior, 2009. E também contém os resultados iniciais das pesquisas que estão em consecução com o apoio do CNPq (Editais: Universal, Ciências Humanas, e Produtividade em Pesquisa).

capitalistas na agricultura, da desterritorialização de milhões de homens e de mulheres, trabalhadores, camponeses e suas famílias, os quais, na mesma medida, foram para os centros urbanos servir de força de trabalho para a indústria nascente, reforçando os patamares de pobreza urbana.

Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agroquímico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecer o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa e uma política efetiva de reforma agrária. Nas últimas décadas do século passado, corporações transnacionais da produção de alimentos e matérias-primas agropecuárias têm-se consolidado em monopólios que concentram as cadeias produtivas de maneira integradora. Empresas do mesmo ramo se fundem, para evitar competição, absorvem outras, dividem mercados e realizam tantas ações empresariais e políticas possíveis para consolidar os agronegócios que, na realidade, são agro-oligopólios (SOARES, 2009).

Esse processo de constituição do agronegócio não se deu em um espaço esvaziado político-socialmente, nem tampouco resultou da atuação de setores e/ou teóricos vinculados à agropecuária, mas foi resultante das iniciativas levadas a efeito por empreendimentos agropecuários de grande porte, advindos da modernização agropecuária. Assim, uma "nova" agricultura – racional, científica e “progressista” – capaz de superar o "atraso" acabava por imputar ao campo a condição de arauto da modernidade. Com base nesses pressupostos, distintos segmentos de grandes proprietários rurais advogaram a maior intervenção do Estado, em matéria de agricultura, não apenas no tocante à criação de melhores condições para a circulação de seus produtos, como também para sua própria produção.

É nesse contexto que a Associação Brasileira do Agribusiness (ABAG) cumpriu a missão de criar uma imagem moderna da agricultura “moderna”, desvinculada do latifúndio e de conflitos de setores da burguesia rural, desgastada por uma profunda crise da representação política entre as entidades patronais rurais, dentre as quais a UDR, que foi para o confronto político. Respalhada por políticas públicas calcadas na farta distribuição de créditos e subsídios estatais, com vistas à capitalização do campo, a ABAG contribuiu, decisivamente, para a extrema especialização da produção agroindustrial (SOUSA, 2010).

Contudo, se pensarmos no contexto específico da política agrícola, até final dos anos 1980, com vigência nessa sistemática desde os anos 1920 (DELGADO, 2001), esta foi centralizada pelo Estado, estruturada setorialmente e focada para a obtenção de melhores índices de produtividade, o que indica que o espaço rural era apenas o lugar da atividade

agropecuária. Diferentemente do que passa vigorar, na década de 1990, com novos elementos nas políticas públicas, não mais setoriais, mas sim territoriais, considerando, portanto, o conjunto de elementos que (re)definem a atividade rural num determinado lugar. De forma específica e direta, o que estava em questão, com realces, para alguns produtos e momentos, era aproveitar as favorabilidades do mercado internacional e também nacional para viabilizar o crescimento econômico e a industrialização do país, fundado nos superávits da agricultura, tomada pelos atributos agroquímicos e mecânicos da “Revolução Verde”, nos moldes do que ficou conhecido como modernização conservadora, porque tudo isso ocorreu sem que houvesse qualquer modificação nas relações de propriedade, no patrimonialismo fundeado na propriedade da terra, da estrutura fundiária concentrada, que, aliás, foi intensificada (OLIVEIRA, 2008).

Nesse processo e em meio aos papéis centrais que se reservavam à agricultura, cinco merecem destaque: 1) liberar mão-de-obra para a indústria; 2) gerar oferta de alimentos; 3) oferecer matérias-primas para a indústria agroprocessadora; 4) participar com saldos nas balanças de pagamentos; e 5) transferir renda para o setor urbano-industrial.

## **Elementos fundantes**

Desde os anos 1960, em torno de expressões como *crise agrária*, *questão agrícola* ou *questão agrária*, circundavam principalmente esses cinco aspectos e, para alguns intelectuais, a questão da reforma agrária, mas a unanimidade para garantir as tais funções ou papéis da agricultura requeria a presença do Estado. A título de exemplo, citem-se as críticas centradas nos setores conservadores (liderados por Delfim Neto), já nos anos 1960, de que eram necessários investimentos para viabilizar a base técnica e ações para que a agricultura respondesse com rapidez e eficiência às pressões da demanda, como prescrevia a tese cepalina da rigidez da oferta agrícola, sem a necessidade de reforma agrária. Isso, aliás, foi o que ocorreu na maioria dos países ocidentais e o Brasil não foi pioneiro. Não podemos nos esquecer de que a questão central da teoria cepalina, que referenciaria diretamente a teoria da modernização, é que o crescimento econômico depende da produtividade física do trabalho, graças à acumulação de capital e ao progresso técnico, ou o desenvolvimento das forças produtivas (HESPANHOL, 2008). E isso norteou por muito tempo as políticas de investimentos agrícolas.

À primeira vista, a prevalência de políticas agrícolas protecionistas esteve relacionada à força política dos agricultores, nos países europeus e EUA, o que foi reforçado

com a instabilidade política do período da Guerra Fria e a expansão comunista no Ocidente. Também se somou às pressões para que o Estado interviesse de forma permanente na agricultura, por meio de políticas agrícolas, a importância que os europeus atribuíram à segurança alimentar, sobretudo após a II Guerra.

Em acréscimo, havia ainda os efeitos negativos que as políticas desenvolvimentistas do Pós-Guerra causaram para o setor agrícola, ao definirem metas e expectativas de safras a serem cumpridas e, conseqüentemente, o retorno econômico esperado implicou o aumento considerável da intervenção do Estado.

Em termos gerais, sobretudo para a Europa e os EUA, a presença do Estado era a garantia para melhorar a performance técnica, a produtividade, preços estabilizados, mercados preferenciais e proteção na concorrência internacional. Com muito menos atributos ou itens, a agricultura no Brasil nunca foi obstáculo à industrialização do país (DELGADO, 2001, 2003), mesmo com as defasagens no Pós-II Guerra, em relação a alguns produtos agrícolas.

Ocupando em primeiro lugar as demandas protecionistas, os mecanismos macroeconômicos e, portanto, não somente os setoriais das políticas agrícolas priorizaram enfoques emergentes balizados pelo abastecimento interno e comércio exterior, como o financiamento para exportação. De um modo geral, o papel do Estado, por meio das políticas agrícolas com fins de dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas no campo, alicerçou-se, sobretudo, nos países ocidentais (CHIRIBOGA; PLAZA, 1990). Dessa forma, a combinação da composição da taxa de crescimento da renda, os fluxos de entrada e saída de divisas estrangeiras, quanto de preços, taxas de câmbio, taxa de juros, nível geral de preços, passam a fazer parte das ações estatais em nome da política macroeconômica. Mas será com a interação entre os aspectos macroeconômicos e os setoriais da política agrícola que se definirão seus reais objetivos e alcances específicos.

No caso do Brasil, a efetividade, os resultados das políticas agrícolas e os setores que hegemonizam esse processo sacramentaram um conjunto de atributos que manteve a dimensão agrária do negócio protegida das reivindicações de privilegiamento das médias propriedades e pequenas em condições especiais, quiçá a convivência com uma política de reforma agrária, num lampejo europeizante (LOPES, 1994).

Consagraram-se, de fato, as atenções aos empreendimentos que se enquadravam na categoria de grandes produtores/agroprocessadores/comercializadores, como o caso do café e da cana-de-açúcar (açúcar). Podemos considerar, com base em Delgado (2001), que o desenvolvimento das forças produtivas, a modernização/maquinização da agricultura no Brasil, nos últimos 30 anos, bem como o crescimento do produto setorial não decorreram somente da demanda privada (nacional e internacional), mas constituem uma resposta das

políticas agrícolas para esse setor da economia, desde o os anos 1960, com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

É por isso que a política agrícola brasileira não cumpriu, ao contrário de vários países latino-americanos, os requisitos de ações compensatórias, expressos normalmente por meio de expedientes antiagrícolas vinculados à proteção das políticas cambial, comercial, fiscal.

Não podemos deixar de mencionar que a atuação do Estado, nos anos 1970, por meio da criação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, procurou operacionalizar a modernização da base técnica da agricultura, apoiada inicialmente em um considerável aparato institucional estatal (crédito, pesquisa e extensão rural), que, posteriormente, nos anos 1980 e 1990, seria crescentemente incorporado, no caso de muitos produtos agrícolas estratégicos para consumo nacional ou exportação, pela integração dos capitais agrícola e industrial (DELGADO, 1985), começando a mudança drástica no padrão de intervenção do Estado na agricultura (BELIK, 1997).

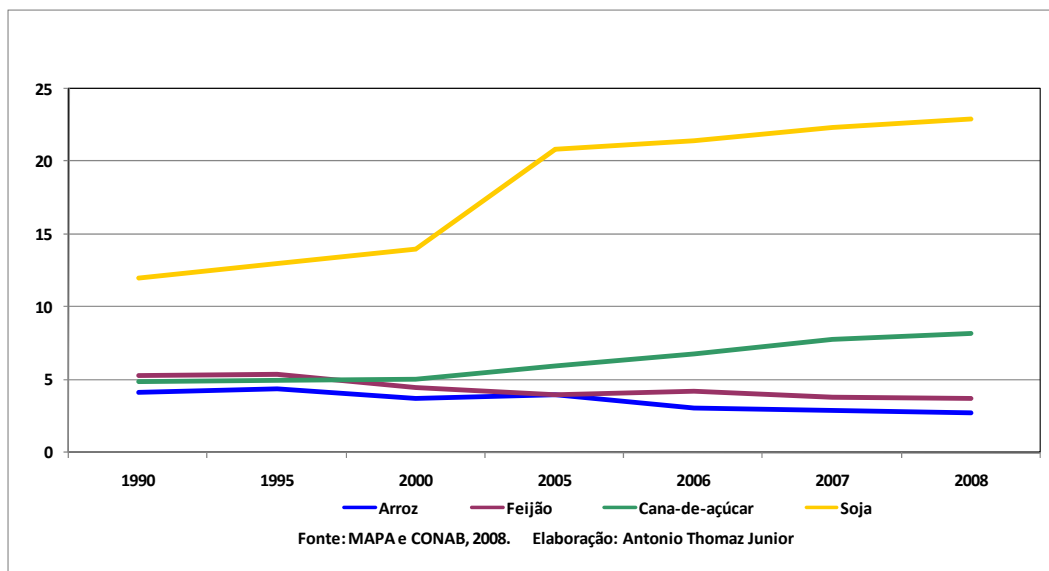
Segundo Néelson Delgado (2001), essa é a ideia de se tem do chamado período de industrialização por substituição de importações predominante na América Latina até final dos anos 1970. Conforme o autor e emendado por Leite (2001), no caso brasileiro, a política agrícola não foi meramente compensatória. No entanto, penalizou alguns setores através do controle quantitativo das exportações, nos anos 1960, no caso da soja, em favor da indústria doméstica, mas também foi compensada nos anos 1970 pela política de crédito rural subsidiado especialmente pelos setores voltados para a exportação. Por outro lado, esteve comprometida, principalmente a partir dos anos 1960, com a modernização do setor, com a sua transformação agroindustrial e com a intensificação progressiva da internacionalização, basicamente com o café e o açúcar. Apesar de prioritariamente voltada aos produtos de exportação, também disponibilizou atenção e recursos para os produtos ou matérias-primas para a indústria doméstica, como o algodão, e menos para os produtos alimentícios (arroz, feijão e mandioca), sobretudo os setores empresariais, os atravessadores.

Todavia, em vista dos componentes políticos dos anos 1970, pela forte repressão sobre as lideranças e militantes (dos campos e das cidades), a centralidade política do conflito abertamente defendida pelos setores progressistas entre latifúndio-minifúndio, para demarcar um campo político no debate da questão agrária na época, não proporcionava facilidades para o controle social do Estado Maior, considerando que esse assunto também era objeto de discussão na Escola Superior de Guerra, na condução da política agrícola direcionada ao segmento familiar camponês até então somente com as migalhas.

Atitude extensiva da política agrícola a esses setores, à época, como constam nos relatos (DELGADO, 2005), teve validade muito mais política do que social e econômica, a despeito da forte repressão, estando ainda acesas as chamas das bandeiras da reforma agrária em algumas regiões do país, coincidentemente com os sindicatos ainda existentes e atuantes, mais mobilizados, ou seja, nos Estados do Sul e do Nordeste (PE, PB).

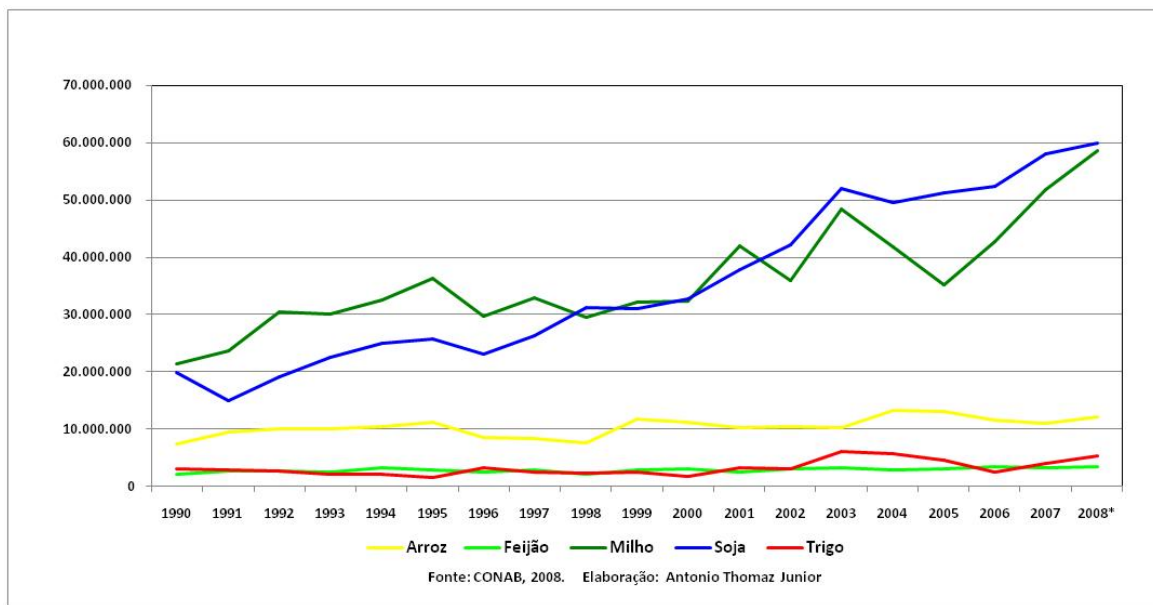
Dessa forma, mantiveram-se sob controle os setores insatisfeitos, mas a eles não se ofereceram as condições operativas comparáveis às médias e grandes empresas rurais, tais como financiamentos restritos a determinados insumos, estocagem limitada etc. Entretanto, conservou-se um grande contingente de pequenos produtores mais ou menos tecnificados, mas integrados ao sistema agroindustrial e ao abastecimento interno de alimentos básicos, distanciados dos chamamentos do parcelamento da terra, o que rebatia sobretudo para as famílias com pouca terra e no discurso das lideranças da Igreja Católica, que vinculava a função social da terra à reforma agrária e à democratização do processo de modernização do campo. Com os conflitos “administrados”, os setores dominantes, o Estado, implementaram as políticas agrícolas que atingiram os objetivos predeterminados, oferecendo respostas em curto prazo aos agricultores e aos mercados (externo e interno), o que também refletiu nos fatores estruturais, com alcance de longo prazo, com as novas tecnologias, formas de uso da terra (manejo), utilização de insumos, sementes melhoradas (híbridas e, mais recentemente, as geneticamente modificadas e ainda estéreis, também denominadas de tecnologia *terminator*).

Além disso, é de se apontar os implementos e maquinários, que também reforçaram o padrão de produção agrícola em grandes extensões de terra à base da monocultura, como os casos da soja e cana-de-açúcar (Gráfico 1), com reflexos marcantes na produção de alimentos, pois, ao nos valermos dos produtos com inserção no mercado externo, essas distorções evidenciadas quanto à área ocupada indicam igualmente outras facetas dos desafios atuais.



**Gráfico 1. Brasil - Área Plantada (milhões de hectares)**

Estamos diante de uma *cultura* marcadamente destrutiva, ou expressão acabada da *produção destrutiva do capital*, à qual se vincula o destacado dinamismo da economia, do ponto de vista do capital, expressamente ao modo produtor de mercadorias, sob as expensas de a produção de alimentos estar ainda mais ameaçada, sem que notadamente o problema central esteja na oferta, mas sim na capacidade de consumo das populações empobrecidas. Enquanto as *commodities* despontam, no caso do Brasil, os produtos alimentícios que compõem a cesta básica, como o arroz e o feijão, expressam patamares estáveis também em termos de produção, o que indica avanços modestos do ponto de vista tecnológico (Gráfico 2). Vale salientar que a face mais perversa dessa precarização crescente da produção de alimentos é a eliminação de milhões de famílias camponesas das suas terras e a fome anunciada de camponeses e de milhões de famílias de famintos que se somam aos famintos e excluídos de outrora.



**Gráfico 2. Brasil – Produção de Grãos (1990 a 2008\*)**

Com isso, foram sendo conjugados preços, comercialização, crédito, extensão rural, investimentos em pesquisa pública (EMBRAPA, EMATER e instituições estaduais, Centros e Laboratórios vinculados às Universidades) e privada (por conta das próprias empresas do setor mecânico e químico-farmacêutico-genético).

As disputas políticas internas aos pactos que deram sustentação para o Estado e da estrutura administrativa ministerial influenciaram o pêndulo das políticas agrícolas, dos investimentos, das favorabilidades e prioridades para setores específicos, ainda que prevalecessem preocupações estratégicas, que se intensificaram nos anos 1980 e 1990. O cumprimento dos fatores atribuídos à agricultura aconteceu à risca e a articulação de interesses agroalimentares se juntaram aos urbano-industriais, nas escalas nacional e internacional. As estruturas produtivas constituíram-se no que denominamos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros<sup>1</sup>, que, desta feita, ultrapassam as raias comerciais dos mercados locais e dos produtos *in natura* e ganham as bolsas de valores (mercado de futuros), os esquemas especulativos. A *commoditização* passa a referenciar não somente as relações mercantis, como também os padrões de consumo alimentar das populações urbanas e a própria estrutura da produção agrícola do país, influenciando diretamente na segurança alimentar e, de forma mais contundente, na soberania alimentar<sup>2</sup>.

O resultado do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira e todo o sucesso desse empreendimento agroindustrial/comercial/financeiro/especulativo, chamado na sua extensão de agronegócio, anteriormente demarcado com menor significado e

<sup>1</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009, V.1, Parte II.

<sup>2</sup> Idem.

complexidade, de complexo agroindustrial (CAI), tem nome: processo destrutivo das forças produtivas e da força de trabalho (familiar e assalariada).

### **Ineficiência de um modelo ultrapassado**

As políticas agrícolas que mais impactaram pelos resultados imediatos e em médio prazo, com evidentes repercussões de mais amplitude em alguns casos, como da cana-de-açúcar, estiveram vinculadas aos produtos de exportação. No que tange à cana-de-açúcar, ao café e ao cacau, além das políticas agrícolas (com alcance mais ou menos macroeconômico, a depender do momento e conjuntura nacional e internacional), ampararam-se em órgãos reguladores específicos, que também atuaram pontualmente, tais como: 1) o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), de 1933, que, além de aporte financeiro e subsídios diretos para a produção de matéria-prima, para a recomposição de perdas, atuava na parte técnico-industrial, na formulação de políticas, controle de preços, estocagem, comércio exterior, realocização e centralização de empresas etc.; 2) ainda na sua órbita gravitou o PLANALSUCAR, um programa especial com o propósito de atuar mais no desenvolvimento tecnológico, produção de novas variedades de cana-de-açúcar, que, durante muitos anos, ofereceu as RBs, mesmo depois de extinto e absorvido pela UFSCar; 3) o Instituto Brasileiro do Café (1952), que teve papel semelhante ao IAA, ambos extintos no início dos 1990, pelo governo Collor; 4) a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), totalmente remodelada nos anos 1980; 5) a EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, que, no caso dos cereais, cumpre um papel importante, com destaque para a soja, milho e algodão, as principais *commodities* que contribuem sobremaneira para a garantia do *superávit* primário, inclusive com as sementes transgênicas, e menos no apoio à manutenção das sementes crioulas e demais aspectos centrais para a agricultura camponesa; 6) a EMATER, que já exerceu papel extensionista muito mais importante, quando as políticas agrícolas atrelavam sua participação ao acompanhamento das aplicações dos investimentos e nos resultados; 7) os institutos de pesquisa públicos, como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), pioneiro da produção de mudas e sementes híbridas; 8) os próprios setores ou departamentos de tecnologia e pesquisa das agroindústrias canavieiras, com destaque para a Usina da Barra (COSAN); 9) a Dedini Máquinas, apesar de ter composição acionária distinta, pertence ao grupo Ometto; 10) a Divisão de Máquinas Balbo (DMB); 11) a COOPERSUCAR, que, desde o início dos anos 1980, desenvolve para os associados melhoramentos incrementais, assim como máquinas novas, sendo destacadamente líder na

produção de melhoramento genético de novas variedades, bem como transgênicas; 12) os Institutos e Departamentos vinculados a Universidades públicas, que estão voltados à produção de resultados por meio de pesquisas financiadas pelas empresas agroindustriais canavieiras e pelo setor público: CNPq, FAPESP e outros, como é o caso do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE)/Universidade Estadual de Campinas; 13) sem contar que, até março de 2009, estavam disponíveis no *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 11 editais destinados a financiar pesquisas para o agronegócio, sete especificamente para a cana-de-açúcar; 14) e a FAPESP, sem contar o Biota, disponibilizou à comunidade científica paulista, por meio do Programa BIOEN, R\$240.000.000,00 em parceria com o CNPq, para financiar projetos que alavancassem o aporte técnico e produtivo do setor (desde a parte mecânica até o sequenciamento), de sorte que, diretamente para os efeitos desastrosos desse modelo de produção em grande escala e que desrespeita as leis trabalhistas e ambientais, os recursos ficaram para um segundo momento. Depois de muitas demandas por parte de pesquisadores que discordam desse modelo de produção e de sociedade, comprometidos com a democratização do acesso a terra, com uma política de reforma agrária e de soberania alimentar, capaz de em médio prazo ajudar a alterar o jogo de forças e a retirar milhões de homens e de mulheres da lista dos famintos, enfim como prêmio de consolação, a Fundação deliberou algumas migalhas.

Diante disso, é pertinente apresentarmos os principais produtos que caracterizam as políticas agrícolas e as suas identificações históricas e geográficas contemporâneas.

Dessa maneira, teríamos:

1) O café, que desde a crise de 1929 não deixou de contar com polpudos apoios do governo federal. Assim, sem constituir-se propriamente em política agrícola, mesmo diante do novo pacto de poder, com predominância para a modelo de desenvolvimento urbano-industrial, o café nunca deixou de ter prestígio, pois ainda era, juntamente com o açúcar, o principal produto de exportação.

2) A cana-de-açúcar, sobretudo depois da 2ª Etapa do PROÁLCOOL, em 1979, e as repercussões a partir da 3ª Etapa, em 1985, quando assume efetivamente *status* de política de Estado e matriz energética na política nacional de combustível; essa situação somente foi abalada em 1989, com o golpe dos usineiros, ao direcionarem a maior parte do caldo para a produção de açúcar, diante da favorabilidade comercial, deixando os consumidores de álcool à deriva (THOMAZ JUNIOR, 2002).

3) A laranja, com vistas à produção de suco concentrado, apesar de igualmente despontar nos anos 1960, foi, nas duas décadas seguintes e parte dos anos 1990, que em São Paulo puxou a fila e contou não somente com política de crédito específico para a parte

agrícola, mas principalmente com apoio às exportações, o que trouxe benefícios para as grandes empresas do setor de alimentos (MARTINELLI, 1998).

4) A soja, que, desde os anos 1970, migrou dos Estados sulistas (RS, SC, PR) para as diferentes regiões do Cerrado brasileiro, até então terras que não serviam para nada, como se registram nos contos da época (MENDONÇA, 2004).

Uma nova Geografia da produção agrícola, como resposta à divisão técnica e territorial do trabalho, mediante o avanço da agricultura mecanizada para exportação, produz profundas mudanças nas relações de produção e de trabalho no mundo rural e os inevitáveis impactos em via de mão dupla, no que se refere ao urbano. Isso se deveu ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, celebrado em 1974 entre os governos brasileiro e japonês, intermediado pela Japan International Corporation Agency (JICA), que criou um Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado (CPAC), vinculado à EMBRAPA, e, por meio do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), deu início à implementação dos projetos-piloto, começando por Minas Gerais, fase I (1979-1984); Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia (1985-1993), fase II; Maranhão, Piauí e Tocantins, fase III.

O sucesso do PRODECER e do consórcio representado pelo Projeto JICA é considerado a maior expansão cerealista no mundo ocidental, em termos de área e produção (DELGADO, 2001), de modo que, desastrosamente, registra os maiores indicadores de desmatamento, expulsão e expropriação do povo cerradeiro (MENDONÇA, 2004) e a destruição do Bioma Cerrado, pois, de 200 milhões de hectares (23% do território nacional), restam somente 20% de cobertura vegetal nativa.

A geografia da soja, no Brasil, a partir dessa sucessão de projetos implementados pelo PRODECER, foi amplificando o sucesso do programa a partir do engajamento da iniciativa privada, normalmente paranaense, gaúcha e paulista, que migraram para os cerrados. Esse processo migratório espacializou as novas marcas do capital no campo, consolidando a presença das grandes transnacionais que instituem/impõem rotinas quanto ao modo de produzir, desde a conformação das sementes e os insumos a elas vinculados, como também, mais recentemente, a liberação das tecnologias de restrição de uso chamadas *terminator* (tecnologia de esterilização genética de sementes), que nada mais é do que a permissão do controle biológico da propriedade intelectual sobre as sementes e, nesse caso, estéreis.

Essa face da divisão técnica/territorial do trabalho expressa, por um lado, a perversidade da permanência dos países megadiversos, como o Brasil (com 23% da variabilidade global), como fornecedores de recursos biológicos com baixo valor agregado e

consumidores de tecnologias dos países desenvolvidos, e, por outro, os conglomerados agroquímico-farmacêutico-alimentares, que, de forma consorciada ou operando em partes da cadeia produtiva, controlam a agroindustrialização/comercialização do produto e monopolizam as exportações.

Em outros termos, a perda da autonomia camponesa ou do produtor de alimentos diante do controle da biodiversidade e manipulação genética pelo capital, com amparo no código de leis, como, por exemplo, a lei de propriedade intelectual (patente e proteção às cultivares), expõe a sociedade ao destrutivismo fundamentado no “pacote tecnológico” que assegura às sementes (ao seu controle e manipulação) a condição de meio de produção ligada à aplicação de agroquímicos que, no caso da Monsanto, responde com mais de 70% do mercado brasileiro, desenha o trágico quadro conforme o qual apenas 15% das sementes vendidas no país são convencionais e 85% são transgênicas, o que contrasta com a predominância de 80% das sementes disponibilizadas para alimentação, no mundo, serem espécies crioulas e, como se constata, estão seriamente ameaçadas, juntamente à biodiversidade e à soberania alimentar dos povos. Em acréscimo, segundo a CONAB, de 1994 a 2007, o custo da semente aumentou em média 250%, sendo nosso país o 4º maior comprador do mundo e o maior consumidor de agrotóxicos, com 740 milhões de toneladas, ultrapassando os Estados Unidos, com a marca de 650 milhões de toneladas em 2008<sup>3</sup>.

A violação do direito dos agricultores à livre escolha do sistema de cultivo e a ameaça constante à manutenção ou mesmo a ampliação das formas e procedimentos de conservação em bancos e coleções de germoplasma ou das sementes crioulas, em atenção à diversidade biológica cultivada “in situ” (no *habitat* natural), “ex situ” (fora do *habitat*) e também junto aos próprios produtores (*on farm*)<sup>4</sup>, põem em risco iminente a produção de alimentos para a alimentação humana e a restrição ou perda do patrimônio cultural de gerações e gerações da agricultura camponesa. (VINCENTI; EYZAGUIRRE; JOHNS, 2008). Em relação ao Brasil, conforme o IBGE (2006)<sup>5</sup>, estaríamos diante da importante participação da agricultura familiar e camponesa, na composição da alimentação básica consumida no país, à base de 87% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 35% do arroz, 60% do leite.

A proteção dos conhecimentos tradicionais (da diversidade cultural da agricultura camponesa), imprescindível para o melhoramento genético e varietal dos recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura, associada à participação na tomada de

---

<sup>3</sup> Cf. SINDICATO NACIONAL DE PRODUTORES PARA A DEFESA AGRÍCOLA. Informativo Sindag: [www.sindag.com.br](http://www.sindag.com.br)

<sup>4</sup> Cf. GUARINO; RAMANTHA, 1995.

decisões, em nível nacional, sobre a conservação e utilização sustentável desses recursos e ao direito de participar de forma justa da distribuição dos benefícios oriundos do emprego desses conhecimentos, enfatizam as questões essenciais no âmbito da proteção dos direitos dos agricultores<sup>6</sup>. Da mesma forma, coibir os consumidores à informação sobre o produto de que querem usufruir ou, com mais gravidade ainda, a *macdonaldização* ou estandardização dos hábitos alimentares representam risco à saúde, à qualidade de vida da humanidade e ameaçam não somente a segurança alimentar, como também – e de forma intensa – a soberania alimentar dos povos. Sem contar os estragos já anunciados da contaminação genética das sementes crioulas, por meio da polinização cruzada das lavouras convencionais pelas transgênicas (OGMs), que têm sido focadas no âmbito do controle do capital, ou seja, o argumento de que o *terminator* chega para ficar, pois é a principal ferramenta de “biossegurança”. A rejeição desse argumento se faz urgente, pois a tecnologia *terminator* não irá frear a contaminação; ao contrário, a própria tecnologia trará um risco adicional à biossegurança, o que causará riscos para os camponeses e os povos<sup>7</sup>.

Tem-se também a *erosão* genética dos recursos fitogenéticos, mediante a prevalência do consumo *civilizado* de espécies comerciais, em detrimento da grande quantidade de variedades utilizadas para alimentação por parte dos aborígenes e populações tradicionais<sup>8</sup> e, ainda, os estragos ambientais de toda ordem, por conta dos contaminantes químicos que condenam os mananciais, o solo, as culturas e criações. A título de exemplo poderíamos lembrar do endosulfan, por tratar-se de um inseticida cancerígeno, proibido há 20 anos na União Europeia, Nigéria, Senegal e Paraguai e Índia, mas ainda permitido no Brasil, onde é muito usado na soja e no milho. E ainda, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, 56% das propriedades agrícolas, usaram algum tipo de defensivo (veneno) sem assistência técnica. De acordo com a mesma pesquisa, práticas alternativas fundamentadas no controle biológico, queima de resíduos agrícolas que poderiam gerar redução no uso de agrotóxicos, também são pouco utilizadas.

No entanto, há sinais que indicam outras alternativas em relação à contraposição maniqueísta entre agricultura tradicional e OGMs. Segundo pesquisadores envolvidos em torno da força-tarefa “Por uma Itália livre dos transgênicos”, da qual participam 32

---

<sup>5</sup> Cf. IBGE, 2006. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1464&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1). Acesso em: 25 de maio, de 2010.

<sup>6</sup> A esse respeito, ver PACKER, 2010.

<sup>7</sup> Cf. ECONEXUS, 2006.

<sup>8</sup> A esse respeito, vale o registro das 1.200 espécies de plantas que os aborígenes da Austrália utilizavam, quando se registra no século XXI apenas 30, dentre as quais somente o arroz, trigo, milho e batata respondem por 95% (FAO, 2005).

associações de pesquisadores<sup>9</sup>, geneticistas italianos e europeus, o argumento que tonifica as alternativas aos OGMs está fundada no fato de que a aposta está na tecnologia que “lê o futuro das sementes”<sup>10</sup>.

É por isso que para os pesquisadores não existe contraposição entre essa linha de procedimento e os transgênicos porque 85% dos OGMs foram projetados para resistir aos herbicidas e, na prática seu uso aumentou ao invés de diminuir, como anunciado. E ainda, a presumida resistência aos herbicidas foi além do esperado com a transferência às plantas infestantes, impactando a capacidade do sistema agrícola mundial. Ou seja, o gene modificado acaba interagindo com todo o DNA e a consequência é que a operação não atinja o resultado esperado. Os cientistas argumentam que, mediante a nova tecnologia essa perspectiva se inverte, e a aposta está fundada nos conhecimentos a serviço do velho fim: “criar plantas com frutos melhores e mais abundantes”<sup>11</sup>, graças às técnicas dos marcadores funcionais, o sistema de vigor híbrido com o objetivo de explorar as linhas genéticas que contêm em si potencialidades mais amplas e a mistura do genoma que aumenta a velocidade evolutiva dos cruzamentos de duas variedades. Seja como for a sociedade tem motivos a mais diante dessas *novas* perspectivas enredar-se intensamente nos dilemas em torno da soberania alimentar.

5) A soja e o milho, inclusive no consorciamento do plantio, sendo que as condições constantes nas políticas agrícolas podem destoar em algum aspecto, mas o Estado atua de forma direta na conquista de novos mercados e negociações casadas com outros produtos, já que, na qualidade de *commodities*, os preços não variam tanto.

6) De todo modo, está associado à soja e ao milho, enquanto matérias-primas básicas, o setor agropecuário propriamente dito ou cárnico: bovino, aves e suínos. Vale lembrar que tanto externamente, quanto internamente, isso tem significado. Apesar de haver políticas agrícolas específicas para o setor cárnico, para a construção de granjas – sobretudo via sistema da integração, no qual os grandes frigoríficos ficam de fora e apenas os criadores integrados assumem a dívida – e compra de estoques de matérias-primas para o setor industrial, o Estado tem atuado no financiamento de capital de giro, prorrogação de débitos, renegociação de dívidas dos frigoríficos junto aos pecuaristas e também nas conquistas de novos mercados, como acaba de acontecer depois da atuação do governo Lula, em abril de 2009, no setor. A esse respeito o papel do BNDES com a injeção de US\$18 bilhões de 2007 a 2009 ao setor cárnico do agronegócio, consoma o processo de consolidação dos grandes gigantes mundiais sediados no Brasil.

---

<sup>9</sup> Dentre elas: Slow Food; Legambiente; Vas; Verdi; WWF.

<sup>10</sup> Cf. [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br)

<sup>11</sup> Cf. [www.esodebate.org.br](http://www.esodebate.org.br) (Acesso em: 29 de julho de 2010).

Apenas para ilustrar, caberiam algumas informações quantitativas sobre a produção e a exportação dos produtos principais, para que fique devidamente posto que a agricultura capitalista no mundo – a exemplo da Política Agrícola Comunitária, na União Europeia, e *Farm Bill*, nos EUA – no Brasil, só atinge níveis de produtividade elevados, alcança competitividade e tem vantagens comparativas fundamentalmente porque conta com elevadas somas de recursos públicos, infinitamente maiores do que o que se destina para a agricultura familiar camponesa: em 2009, à base de R\$93 bilhões para o agronegócio e R\$15 bilhões para agricultura familiar, em detrimento de R\$75 bilhões e R\$13 bilhões, respectivamente, para 2008. Além disso, no pacote o governo também instituiu o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-Agro), que terá R\$2 bilhões como forma de recompensar a participação dessas organizações em 40% da produção de grãos. Temos ainda os perdões, renegociações e novos financiamentos, via BNDES, que pecuaristas, sojicultores e canavieiros empreenderam, ao longo de do primeiro semestre de 2009, sob o argumento de acreditarem na estimulação do governo em relação à exportação do álcool e, diante da crise internacional, terem se descapitalizados.

Dessa forma, temos no Brasil, revela-se o seguinte quadro atual: 1) é o segundo maior produtor de soja do mundo, porque já ultrapassou os EUA, com 60 milhões de toneladas, sendo o maior exportador *in natura* (28 milhões de toneladas) e 14 milhões de toneladas de farelo; 2) produz 26 bilhões de litros de álcool, segundo maior produtor mundial, e exporta 4,5 bilhões de litros, cifra que resulta dos incentivos do próprio governo federal, que, via BNDES e outros sistemas de crédito, estimula a expansão desenfreada da monocultura da cana-de-açúcar, sobretudo para regiões não tradicionais, substituindo áreas antes ocupadas com a produção de alimentos, o que também contribuiu para a elevação dos preços do arroz e do feijão, no mercado interno, e, em algumas regiões, para a degradação das pastagens e, conseqüentemente, a ampliação do número de plantas agroprocessadoras, que, mesmo sob os efeitos da crise internacional, em 2008, 21 entraram em operação, para 2009, mais 18 em, 2010<sup>12</sup>; 3) essas cifras poderão sofrer aumentos, com a ampliação da produção de álcool atrelada ao biodiesel – com apoio específico do Programa Nacional do Biodiesel (PNB), lançado em 2006 pelo governo Lula –, e de oleaginosas, uma vez que a soja tem sido frequentemente mais utilizada, até o momento, sob a condição de ser uma monocultura, e não os produtos que poderiam integrar os pequenos produtores assentados, como prescreve o PNB (mamona, dendê, girassol, pinhão manso), sendo, pois, ambos, na qualidade de agrocombustíveis, renováveis, com prestígio internacional e a *bola da vez*, na referência para

---

<sup>12</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009, v.1, Parte II; OLIVIERA, 2009.

as exportações; 4) maior produtor mundial de açúcar, com 36 milhões de toneladas, além de ser o maior exportador mundial, com 22 milhões de toneladas; 5) em relação à produção de carnes, o país também ocupa as primeiras colocações, sendo o maior exportador de carne de frango congelada, em 2008, com 3,3 milhões de toneladas.

### **O que há de novo no front!**

Vale registrar que o processo de centralização de capitais também repercutiu diretamente no Brasil, no setor alimentício, por exemplo: 1) pela junção da Perdigão com a Sadia, formando a *BR Foods*; 2) o grupo JBS (José Batista Sobrinho) adquiriu a Swift, a Pilgrim's Pride, segunda maior processadora de frangos dos Estados Unidos, e o Frigorífico Bertin; 3) o Frigorífico Margrif realizou 37 aquisições desde 2007; 4) a Bunge adquiriu as cinco unidades agroindustriais canavieiras do Grupo Moema; 5) A Louis Dreyfus Commodities comprou o controle acionário da Santa Elisa Vale, passando a ser o segundo maior grupo do setor, antecedido pela Cosan; 6) a fusão de ativos da ETH Bioenergia (Odebrechet) com a Companhia Brasileira de Energia Renovável, a Brenco; 7) o Grupo Resende Barbosa/COOPERSUCAR pela COSAN; 8) a compra da Aracruz Celulose pela VCP.

Por meio desses exemplos podemos depreender que se fôssemos decompor o patrimônio imobilizado nos parques agroprocessadores das empresas e das instalações comerciais, com certeza extrairíamos parcelas consideráveis das políticas agrícolas que as favoreceram, direta e indiretamente. Seja através dos contratos de integração, via sujeição da renda da terra dos agricultores familiares camponeses, dos financiamentos subsidiados ou com juros diferenciados, perdões de dívidas etc., esses impérios se consolidaram. No entanto, nos casos de administração equivocada, endividamento por gestão fraudulenta, há registros de operações salva-vidas, como a fusão da Sadia com a Perdigão, devido às perdas com derivativos e outras operações à faixa de R\$14,8 bilhões.

Da mesma maneira com que iniciamos este texto, afirmando que seria impraticável refletir o papel do Estado, no Brasil, na agropecuária em particular, desconsiderando sua importância na política agrícola, no desenvolvimento das forças produtivas, aqui retomamos essa afirmação, para acrescentar que, sob a regência do capital, o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento gigantesco da capacidade produtiva

transforma-se em desenvolvimento destrutivo da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2002), com a eliminação da força de trabalho, com o descarte do trabalhador.

Essa dupla onda destrutiva pela qual notamos, de um lado, o aumento crescente da produção e a ocupação das terras para dar lugar às monoculturas, quer as terras destinadas à produção de alimentos, quer de pastagens degradadas, quer oriundas do desmatamento criminoso, quer provenientes ainda de outra forma qualquer, o sistema produtor de mercadoria ou, no caso, a mercantilização da produção de alimentos, sob a regência de poucos e grandes conglomerados, lhes garante controle direto sobre a maior parte da humanidade. Por outro lado, os Estados nacionais e as organizações supraestatais, como União Europeia, mantêm políticas que asseguram a segurança alimentar e, portanto, se limitam a garantir estoques e atuar na regulação de preços e, no que se refere à UE e aos EUA, também na recomposição de renda etc.

É oportuno salientar que, no Brasil, também a política agrícola esteve diretamente vinculada às mudanças no próprio regime de acumulação de capital dos anos 1990 ou aos rearranjos estruturais, à prevalência do neoliberalismo, à livre regulação dos preços, mas, no que tange à agricultura familiar, o Estado implementou, em 1995, pressionado pelos trabalhadores, em meio a um quadro de total abandono para com a produção interna de alimentos e em meio a um período de forte ascensão das ocupações de terras e das mobilizações dos sem terras, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De 1995 até 2002, o Programa atingiu apenas 50% do público pretendido (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004), , considerando as modalidades de crédito (A, assentamento de reforma agrária; B, microcrédito para combate à pobreza rural; C, agricultores com renda anual familiar superior a R\$2.000,00 e inferior a R\$14.000,00; D, agricultores com renda anual familiar superior a R\$14.000,00 e inferior a R\$40.000,00; E, agricultores com renda anual bruta entre R\$40.000,00 a R\$60.000,00), além das modalidades especiais (agroindústrias familiares, cooperativas de crédito, florestal, semiárido, mulher, jovens).

De forma sucinta, o PRONAF acumulou, no período de 2001 a 2005, um total de 4,6 milhões de contratos e R\$14,0 bilhões, sendo que somente a Região Sul absorveu 50% e, apenas para 2009, foram liberados R\$13 bilhões, ante os R\$11,5 bilhões de 2008. Apesar de ter havido saltos significativos nos aportes, isso se deve à pressão dos trabalhadores, às ações dos movimentos sociais, que, durante as marchas a Brasília, durante as greves e ocupações de prédios públicos, têm pautado o assunto.

Outra face importante do PRONAF, também conquista dos trabalhadores, já no início do governo Lula, foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em princípio, o

PAA se somaria ao Bolsa Família, para ecoar a preocupação agrária do governo com o Fome Zero, isto é, que fosse um programa-modelo de combate à fome, mediante a estimulação da produção alimentos, subdividindo-se em cinco modalidades: 1) Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF); 2) Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); 3) Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); 4) Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF); e 5) Incentivo à Produção e Consumo de Leite ou PAA Leite (MATTEI, 2007).

Longe de situar-se no âmbito da construção política da soberania alimentar, o PAA cumpre muito mais as prescrições de garantir acesso e regularidade dos alimentos para as pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, escolas (merenda escolar) e instituições assistenciais, cozinhas comunitárias etc. Além disso, tem a função de gerar renda e trabalho no campo, pela aquisição direta de alimentos produzidos pelos agricultores, assentados, por meio de cooperativas e associações, nos municípios. (BALSADI, 2004). Para participar do Programa, os produtores têm que se enquadrar nos critérios do PRONAF (A, B, C e D), participar dos convênios fechados entre as administrações estaduais e municipais, e atender às normativas sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (cf. HESPANHOL, 2008).

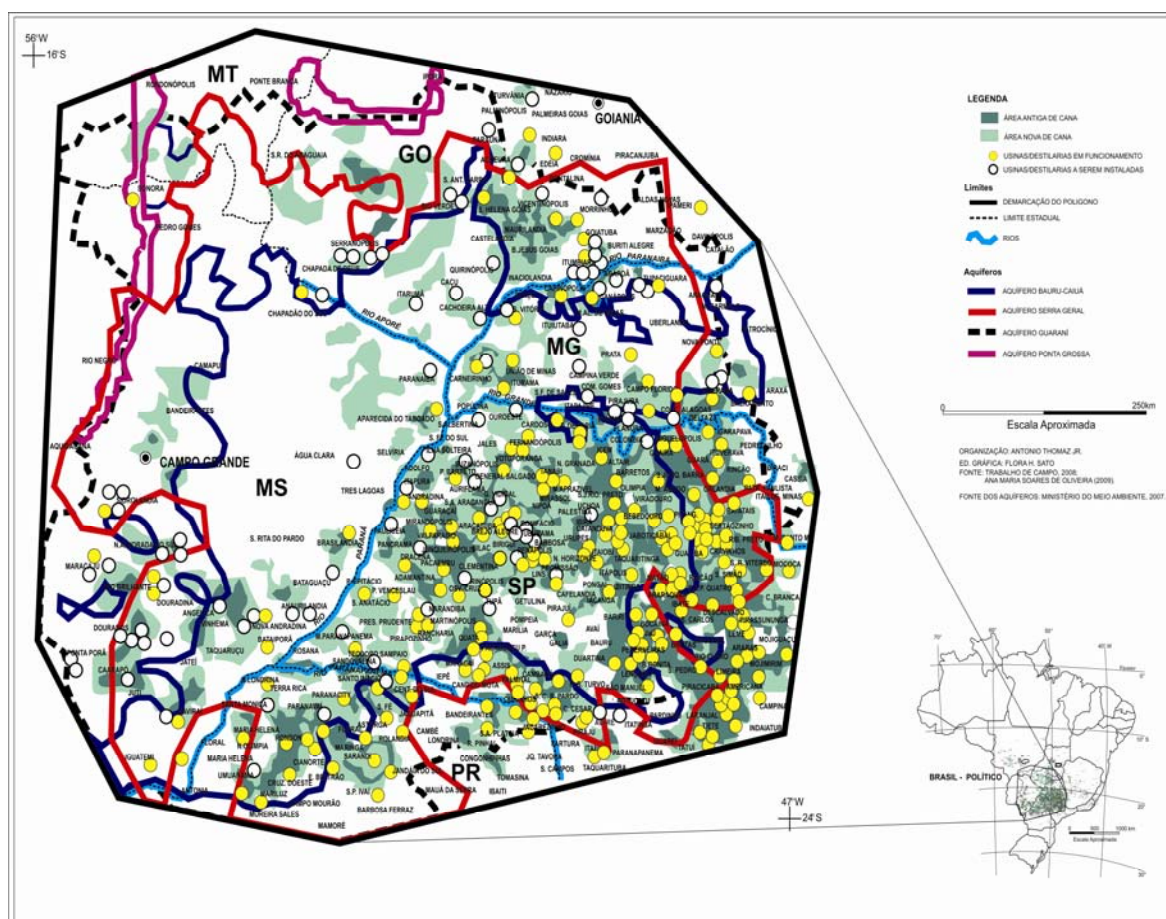
A convivência dessas estruturas produtivas no Brasil, de um lado, os monocultivos, grandes extensões de terra, as *commodities*, vinculadas aos conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros e todo o aporte público (logística, infraestrutura), e, de outro, a estrutura familiar camponesa, apesar das dificuldades, conta com o apoio de financiamento público, produto de muita luta e enfrentamentos políticos nas diversas escalas geográficas.

No entanto, fragiliza-se devido à ausência de políticas duradouras para aumentar o efetivo das áreas de plantio de alimentos e envolver mais famílias na produção, via reforma agrária, ou mesmo que fosse a enganosa política de assentamentos. Não estamos diante de um exemplo a ser seguido, pois as melhores terras – mais férteis, mais planas, com condições hídricas diferenciadas e acesso à logística de transportes – estão se concentrando cada vez mais nas mãos dos grandes produtores de *commodities*, tais como a soja, o milho, a cana-de-açúcar. De forma marcante e concentradora, esse processo se espacializa no que denominamos Polígono do Agrohídronegócio<sup>13</sup> (Norte, Centro-Oeste de São Paulo, Noroeste do Paraná, Leste do Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Centro-Sudoeste de Goiás), onde

---

<sup>13</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009, v.2, Parte II; THOMAZ JUNIOR, 2010.

se concentram 35% da soja, 85% da cana moída do Brasil (Mapa 1) e a maior parcela de trabalhadores migrantes rurais do país. Sem contar a participação crescente de grupos empresariais estrangeiros, que não somente compram terras, como também implantam negócios (agronegócio), o que acrescenta novos desafios ao já concentrado, desigual e injusto quadro social fundiário brasileiro.



**Mapa 1. Polígono do Agrohidronegócio – Brasil, 2008.**

Podemos ponderar ainda, com base nas pesquisas já realizadas<sup>14</sup>, que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às outras formas de expressão do agrohidronegócio, há semelhanças no que tange às estratégias reprodutivas, de controle do acesso a terra e a água, e à manutenção dos privilégios no aparelho de Estado. No entanto, é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Então, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital

<sup>14</sup> Aqui poderíamos lembrar a Tese de Doutorado (THOMAZ JÚNIOR, 1996) e a atualização das informações para publicação (THOMAZ JÚNIOR, 2002), além de outros trabalhos de pesquisa (THOMAZ JÚNIOR, 2001), da orientação de trabalhos de Mestrado, de Doutorado e os Trabalhos de Campo que temos realizado, sistematicamente, em várias regiões produtoras do Estado de São Paulo, ao longo dos últimos dez anos.

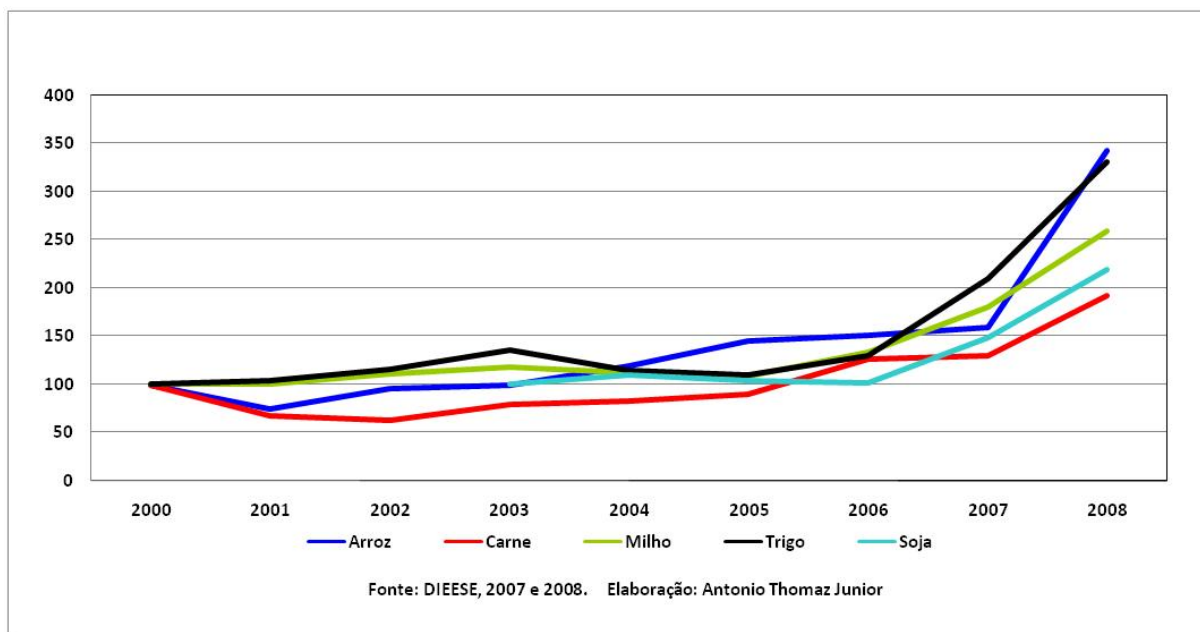
reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica - portanto aptas à mecanização -, e entre os próprios trabalhadores, são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral.

Dessa forma, o crescimento dos investimentos de capital e o consequente desenvolvimento destrutivo, em conluio com as estratégias dos Estados nacionais, que disputam vantagens comparativas e novos mercados, em todos os fóruns internacionais, tais como OMC, G20 etc., reservam-nos na atualidade os efeitos da atual crise mundial, que não é somente econômica, como também civilizatória. Esta, ao rebater no setor da produção de alimentos, se espalha para os espaços produtivos em escala mundial, com as sistemáticas especulativas e a amplitude endêmica da fome, pelos quatro cantos do planeta.

Por conseguinte, essa é a outra face destrutiva, porque o controle sobre os espaços produtivos e esquemas de agroprocessamento e comercialização garante a esses poucos conglomerados capitalistas os preços dos produtos, inclusive os que compõem a cesta básica dos povos, como já ocorre no Brasil, com o arroz e o feijão, os quais seguem igualmente a marcha de ascensão dos preços. (Gráfico 3). Com base no comportamento dos preços dos produtos agrícolas, é possível afirmar que a *estabilização* do período de baixa dos anos 1990 – antecedida por períodos de alta na década de 1970 (Gráfico 4) –, se confirmou na primeira metade dos anos 2000. Por conta de uma série de fatores que ultrapassam a seara produtiva, esse quadro de baixa está sendo revertido para uma progressão constante de alta dos preços. Isto é, mesmo não sendo *commodities*, estão totalmente vinculados à sistemática mercadológica do espaço produtivo de alimentos. Poderíamos citar ainda a elevação dos preços da carne bovina<sup>15</sup> e da farinha de trigo, por conta dos desajustes na oferta de trigo argentino, que também reflete os mesmos desarranjos que citamos anteriormente, para a soja. (Gráfico 3). É importante ressaltar que estamos nos referindo a produtos que compõem a cesta básica, ou seja, o que está sendo carimbado de crise de produção de alimentos atingirá, sobretudo, os trabalhadores pobres e as legiões de homens e mulheres empobrecidos e desempregados. No México, com o milho, nas Filipinas, com o arroz – enfim, esses mesmos conglomerados impõem novos hábitos para compatibilizar seus negócios e se consolida a total desatenção dos movimentos sociais, dos partidos políticos, das centrais sindicais, em relação à soberania alimentar.

---

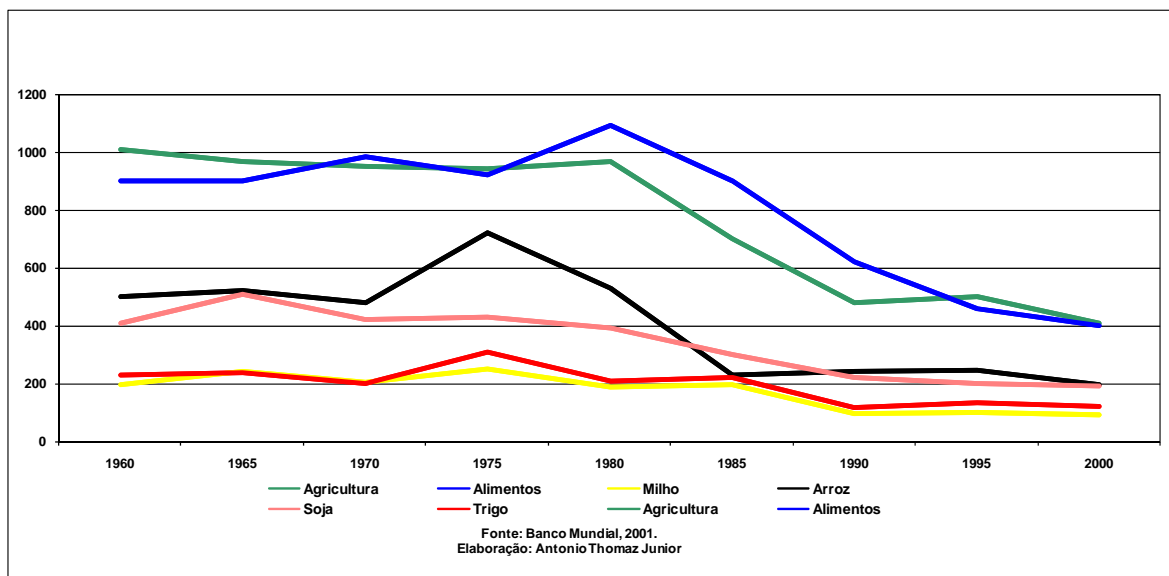
<sup>15</sup> Os veículos de informação especializados estão noticiando, nos últimos meses, que o valor da arroba do bezerro mantém-se em ligeira queda, mas deverá alcançar patamares maiores, se a disparidade entre os ganhos com pecuária se conservar de três a quatro vezes menor, quando comparada ao arrendamento das terras para as agroindústrias canavieiras, ou mesmo à possibilidade de plantar diretamente a cana-de-açúcar e fornecer para as empresas.



**Gráfico 3. Brasil - Preço das Principais Commodities (2000 a 2008) U\$/Tonelada**

Um número cada vez maior de trabalhadores está sendo substituído pelas máquinas, outro tanto sendo expulso das terras, para dar lugar aos grandes conglomerados ou grandes proprietários de terra, que se incumbem da *commoditização* da produção de alimentos, ficando secundarizadas as preocupações com a cesta básica.

Todavia, não se trata somente de produção de alimentos, mas das estratégias dos conglomerados que não se restringem à cadeia alimentícia, senão transbordam para o setor energético, financeiro, industrial etc. A decisão sobre o que plantar, vinculada à *commoditização* da produção agropecuária, dominada pelos cereais que se destinam à alimentação animal (55%) de um total de 2,3 bilhões de toneladas da produção mundial, em 2007, produz ainda mais distorções, pois apenas 30% dos consumidores de cereais têm acesso às proteínas cárnicas (FAO, 2008). De todo modo, esse processo exerce forte influência no aumento do preço da terra.



**Gráfico 4. Preços dos Alimentos no Mercado Mundial (1960 a 2000). (U\$/Tonelada**

Poderíamos afirmar que, ao discutirmos o Estado, as políticas agrícolas sem vincularmos as reflexões à reforma agrária e à soberania alimentar, estaríamos descumprindo um compromisso acadêmico, acovardando-nos em face do debate político e quase nada estaríamos acrescentando aos trabalhadores, aos movimentos sociais, com as lutas emancipatórias.

Assim, mesmo admitindo que a luta pela terra, pela reforma agrária e soberania alimentar não é entendida como um fim em si mesma, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nos países latino-americanos e europeus, principalmente onde a Via Campesina tem atuado de forma mais contundente, desde esse prisma. Porém, é importante assinalar que, no Brasil, esse assunto apenas dá os primeiros passos e se faz presente ainda de forma secundária, nas discussões e debates, no âmbito dos movimentos sociais e das atividades específicas dos trabalhadores.

Os resultados alcançados na Guatemala, Equador, Nicarágua, México e em alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Itália e algumas regiões da França, têm demonstrado a amplitude que esse processo já começa a evidenciar, nas reivindicações próprias do campesinato. Ou seja, o somatório de forças e a *plasmagem* de interesses solidários fazem transparecer a garantia das terras de trabalho para os camponeses e de “um mundo rural vivo”, garantia de abastecimento de produtos saudáveis e vinculados a uma malha espacial de pequena abrangência ou de proximidade entre produção e consumo, e não o que predomina atualmente, à escala transcontinental, para privilegiar os esquemas de comercialização, transporte e processamento dos grandes conglomerados empresariais. Essas

experiências explicitam a força dos movimentos sociais, cujos enfrentamentos convergem para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

### **A fome como instrumento de dominação?**

Se tomássemos como elemento motivador, para essas reflexões, a assertiva de Josué de Castro – “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens” –, inevitavelmente teríamos que vincular a estrutura social como elemento fundante e fundamental para pensarmos sobre a chaga da fome.

Para surpresa de alguns, a temática agrária voltou a ocupar as primeiras páginas dos noticiários, tendo à frente os famintos, os trabalhadores desempregados que reagiram à elevação dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, à maior dificuldade de acesso a eles, em várias partes do planeta. Nada orquestrado, no entanto, o movimento revelou a eficiência destrutiva do modelo produtor de mercadorias, com base nos rearranjos promovidos por pressão altista, tanto pela substituição do milho, utilizado no México para as *tortillas*, para produzir álcool, assim como a troca das áreas produtoras de soja por cana-de-açúcar, o que também repercute na elevação dos preços, além do efeito especulativo (usual) das *commodities*, que rebateu de forma direta nas áreas de plantio e na elevação dos preços dos produtos já estocados, numa relação marcante. A burguesia amedrontada com os possíveis desdobramentos, ainda inusitados, está fundamentada nos estrangulamentos das contradições sociais, expressos criminosamente pela quantidade crescente de famintos e das mobilizações que “pipocam” por vários cantos do planeta (Haiti, Egito, Filipinas, Brasil, Nicarágua, México, Índia), enquanto a ONU tenta abafar as manifestações, com doações de alimentos de última hora, demonstrando, mais uma vez, sua postura diante da fome como política compensatória. Esses exemplos recentes podem ser contrapostos ao otimismo, quanto ao livre mercado, que rege a lógica do sistema agroalimentar globalizado e, no caso da “crise das *tortillas*” (CEVALLOS, 2007; RIBEIRO 2007), já se enquadra de forma evidente ao novo contexto internacional de concorrência sobre a destinação dos cultivos para a alimentação humana e para os agrocombustíveis e seus impactos no campo, nos agricultores (camponeses, pequenos e grandes empresários).

Se não bastasse o cinismo da afirmação de que “é necessário barrar a imoralidade da produção de agrocombustíveis em detrimento da produção de alimentos”, qualquer pessoa desavisada poderia ser ludibriada. Nesse depoimento, o diretor-gerente do Fundo Monetário

Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn<sup>16</sup>, expõe as fissuras e disputas internas aos setores dominantes, mas que, por contarem com o apoio e sustentação política em nível internacional, dos grandes conglomerados transnacionais e dos Estados, que, apesar de manifestarem interesses setoriais – como o Brasil, que reivindica o fim dos subsídios – defendem nichos de mercado e não propriamente ações concretas que garantam acesso aos alimentos para as populações pobres e empobrecidas. É o caso recorrente que envolve o Estado brasileiro em defesa da inserção dos agrocombustíveis produzidos por ele próprio e por países europeus, sem barreiras econômicas, fitossanitárias etc., sendo, pois, esse expediente valioso instrumento para combater a alta dos preços dos alimentos.

Essas ações, segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim<sup>17</sup>, seriam a melhor demonstração, por parte do FMI, de garantir renda interna, para que não se tenha a situação da fome agravada no país, sendo que a *imoralidade* da produção de agrocombustíveis não se aplica ao Brasil, porque a produção de álcool etílico não ameaça a produção de alimentos. Mas aqui reside um engodo, pois, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, a expansão dos agrocombustíveis anunciará a redução da área plantada e da produção propriamente dita de alimentos. Começamos pelo exemplo norte-americano de expandir a área de plantio de milho para a produção de metanol, o que, em dois anos, desde 2006, já foi capaz de mexer estruturalmente com a redução dos estoques internacionais e a consequente elevação dos preços dessa *commodity* e de outras que a ela se vinculam, para dar movimento à ciranda especulativa tão desejada pelos *players*<sup>18</sup> das transnacionais que atuam nas Bolsas de mercadorias, espalhadas pelo mundo.

No Brasil, os estragos são também evidentes, apesar de mascarados pelo próprio presidente da República, como os efeitos do expansionismo da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Nossos estudos estão sinalizando que a maior parte das terras férteis agricultáveis está sob o controle dos empreendimentos do agronegócio, de modo que a cana-de-açúcar ocupa lugar de destaque, não somente em São Paulo, mas nas porções do território objeto da expansão recente ou que se consolidam nesse circuito, tais como Mato

---

<sup>16</sup> Cf. O IMPARCIAL, 19/04/2008, p.5A.

<sup>17</sup> Entrevista “Amorim rebate críticas do FMI à produção”, publicada em *O Estado de S. Paulo*, 17/04/2008, p. 7.

<sup>18</sup> Essa expressão tem sido utilizada com frequência, pelos altos funcionários das grandes empresas do setor agroquímico-alimentar-financeiro, para designar as ações dos agentes do mercado nacional e internacional, no âmbito especulativo de cereais. No Brasil, nos últimos 12 meses, a esse respeito, podemos lembrar as preocupações do Sindicato das Indústrias dos Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR), que definiu, dentre um conjunto de ações para reverter o quadro de escassez do grão, no mercado interno – o que está abalando a cadeia produtiva de carne no país, tendo em vista que o grão é o principal insumo para a ração animal de aves e suínos –, manter um canal de comunicação constante com *players* à escala mundial, para equilibrar o negócio do milho, centralizar a compra do cereal e, dessa forma, criar certo mercado regulador de milho. Para mais detalhes, ver: “Avicultura paranaense define pacote de ações para superar crise do milho”. *Notícias Agrícolas*, Disponível em: [www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=26259](http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=26259). Acesso em: 30 nov. 2007.

Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Sul-Sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná, o que denominamos *Polígono do Agrohidronegócio*. Os efeitos podem ser sentidos na retração das áreas de produção de alimentos, a começar pelo feijão, arroz e a produção de leite. Esse processo se constata ainda no Pontal do Paranapanema<sup>19</sup>, exceto para o feijão, devido à expectativa de continuidade da alta dos preços.

Entretanto, não poderíamos deixar de observar que não se trata de uma tomada de posição pura e simplesmente contrária à produção de etanol, até porque partilhamos com os movimentos sociais populares, em nível internacional (ambientalista/ecológico, sindical), das bandeiras que empunham há décadas, em defesa das alternativas renováveis de fontes energéticas. O que se põe em discussão são os expedientes, o formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social que lhes dá fundamento para estarem assentadas em grandes extensões de terra, na exploração do trabalho, e totalmente desatreladas de um programa nacional e sustentável de produção de alimentos, edificado nas unidades de produção familiar e enraizado nos referenciais da soberania alimentar dos povos.

A substituição das fontes de energia não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, atômica) tinha como motivação apostar num outro modelo de organização da sociedade, calcado na sustentabilidade ambiental/social da produção/fornecimento de energia, em bases sociais e organizativas, que pudessem responder ao bem-estar de produtores e consumidores. Mas, diante de mais essa *tomada de assalto* do grande capital das ideias originais dos grupos e setores sociais, que reivindicavam autonomia e esquema político e econômico sustentável para a produção de energia, o que se tem é a hegemonização desse tema, pelos interesses dos grandes conglomerados empresariais oligopolistas que subverteram o ideário inicial, a partir do momento em que fizeram valer seus interesses econômicos de controlar a produção/distribuição/circulação de energia e, conseqüentemente, usufruir de mais uma possibilidade para a maximização dos seus lucros. Assim, ao mesmo tempo em que o capital impõe mudanças na matriz energética dos países, para fazer prevalecer seus interesses econômicos, estratégicos, logísticos, ele o faz através de princípios excludentes, amplificando em demasia as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. As variações de lugar para lugar, na adoção/sofisticação de formas regressivas, nas relações de trabalho, na subordinação de camponeses e médios produtores à sistemática oligopólica,

---

<sup>19</sup> Por meio das informações disponibilizadas para os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR)/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), é possível considerarmos esse recorte territorial, para fazermos aproximações e deduzirmos, em consequência, que a estimativa de produção de feijão é 110% maior do que o anunciado em dezembro de 2007. O mesmo não acontece com os demais grãos, pois apresentam expectativa, no mesmo período (novembro de 2007 a março de 2008), de 30% de quebra. O feijão dispara em relação aos demais cereais, por conta da situação atípica que o produto atravessa, desde o segundo semestre de

evidenciam toda a indiferença do capital com o meio ambiente, por meio das práticas destrutivas e degradantes que, juntas, impactam profundamente nas formas de uso/exploração do território.

Em meio a esse quadro é que temos que situar a performance da matriz energética, quer dizer, a propagada participação das fontes renováveis não pode ser entendida unilateralmente, muito menos ganhar ênfase, como no caso brasileiro, por representar percentual destacado das fontes renováveis. Esse procedimento, muito mais jornalístico e propagandístico, mascara a compreensão da equação social que lhe dá sustentação. O argumento de que o Brasil se destaca no quadro internacional, por utilizar 46,4% de energia renovável (energia hidráulica, 15,7%; produtos da cana-de-açúcar, 16,0%; lenha, 12,8% e outros), pouco explica sobre a estrutura social e econômica (concentração de terra, renda, capital), os procedimentos da dinâmica produtiva, as relações de trabalho, o respeito à biodiversidade etc.

Da mesma forma, a comparação pura e simples entre os percentuais não esclarece o que realmente significam os 53,6% das fontes não renováveis (petróleo 36,7%, gás natural 9,3%, carvão mineral 9,3%), enquanto a média mundial é de 80% (petróleo, 33%; o carvão, 25%; e o gás, 21%). Ainda mais porque o país é autossuficiente em petróleo e é o maior produtor mundial de etanol, podendo alcançar 30 bilhões de litros, na safra 2010/11, concentrados à base de 92% no Centro-Sul, com São Paulo representando 65% do total nacional. Desse total, aproximadamente 4,2 bilhões de litros deverão ser exportados, sendo que somente para os Estados Unidos serão 2,5 bilhões de litros, contra os 24,6 bilhões de litros produzidos, através do milho, por aquele país.

Se pudéssemos associar, ao momento em que os famintos eclodiram, o efeito perverso da intensa urbanização do planeta relacionada ao empobrecimento das massas humanas e às consequências não satisfatórias do controle das fontes petrolíferas, por parte dos EUA e aliados, no Golfo Pérsico, no Mar Negro, na Venezuela, na Nigéria, no Equador etc., isso faria reacender a questão dos agrocombustíveis. Explicações convincentes, no entanto, se mantêm rigidamente sob controle do capital, dos grandes grupos agroquímico-alimentar-financeiros, à estrutura produtiva de alimentos (*commodities*), controladores de toda a rede de distribuição, comercialização e parte do beneficiamento, e que rebatem de maneira direta nas áreas produtoras de alimentos para consumo humano, como, em nosso país, arroz, feijão, mandioca. Não somente as áreas destinadas a esses produtos são substituídas pela soja e milho, predominantemente para o consumo animal, à base de 55% de toda produção de

---

2007, com sucessivas altas. Já a queda para os demais produtos deve-se ao aumento dos custos dos insumos e à ausência de apoio público condizente com a estrutura camponesa.

cereais do planeta, ou seja, um total de 2,3 bilhões de toneladas e, mais recentemente, de modo marcante pela cana-de-açúcar, de sorte que o efeito especulativo altista também atinge os produtos de maneira geral, pois os atravessadores utilizam dos mesmos precedentes dos demais especuladores, sem contar os impactos no preço das terras, da renda da terra.

Isso pode ser mais ou menos agravado, quando o governo intervém ou não na compra de quantidades capazes de manter os preços médios praticados. A segurança alimentar ameaçada constantemente, a ausência de política agrária que aposte concretamente na reforma agrária, na democratização do acesso à terra, os financiamentos para a produção de alimentos que compõem a cesta básica, tudo estará sempre à deriva das oscilações dos preços artificiais impostos pelos especuladores que ainda prejudicam os pequenos produtores camponeses, presos a uma rede oligopolizada ou a grandes redes de supermercados, que compram e estocam a produção.

Embora outros fatos se juntem à crise que se manifesta no aumento dos preços dos alimentos, como secas, inundações, ataques de pragas, a centralidade do processo recai nos grandes conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, que, além de controlar – porque não necessariamente são proprietários das terras – os espaços produtivos (Brasil, Argentina, Uruguai, México, Paraguai, Bolívia), determinam o sistema de plantio e gerenciamento agrícola, mediante a venda das sementes transgênicas (dominada pela Monsanto e Syngenta), insumos, maquinários, monopolizam o comércio mundial de alimentos (Cargill, Bunge, ADM, Louis Dreyfus) e veem na crise ótimas oportunidades para se beneficiarem de todas as etapas do processo, culminando com o controle das safras. Mencione-se igualmente o estancamento da produção e a elevação das cotações nas bolsas, de que pode ser exemplo a bolsa de Chicago, em 2007, em que o volume de negócios (especulativos) era três vezes maior do que o total produzido. A esse respeito, vale lembrar que tanto nas conjunturas de baixa dos preços dos alimentos (da primeira metade dos anos 2000, que eliminou milhares de camponeses, em todo o mundo), quanto nos períodos de alta (2007-) que resultaram na substituição das áreas cultivadas com alimentos, os mesmos conglomerados se beneficiaram e os camponeses têm sido eliminados.

Em acréscimo, os Estados nacionais comparecem à frente dos interesses do capital e mostram sua performance, agregando ao esquema monocultor especulativo suas riquezas naturais e, portanto, vantagens comparativas no fechamento de contratos, tais como relevos planos, abundância de água, terras férteis, vias de escoamento, logística de transportes e armazenagem.

O efeito nefasto dessa opção político-econômica estratégica, defendida também pelo Estado, é o distanciamento da solução real da produção de alimentos e dos principais

elementos constituintes da segurança alimentar, como a garantia de acesso a todos os alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente (MALUF, 2001). Contudo, o acesso estará sempre vinculado à capacidade de compra, à renda, aos salários e, com isso, aos níveis de emprego, inflação etc.

O rebatimento dessa (des)ordem é revitalizado e recriado por meio dos esquemas pré-definidos e totalizadores que seguem, em certa medida, as formulações idealizadas pela burguesia e pelo capital. Para ilustrar, poderíamos situar as formulações que consagram à “modernização” o recurso ideológico capaz de difundir a ideia de que o atrasado deve ser removido, porque impede a modernização das relações sociais e o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo no campo, onde ainda persistem vínculos comunitários e 2,4 bilhões de trabalhadores, de camponeses, de homens e mulheres que lavram a terra com as mãos, em pleno século XXI. Se, de um lado, lavrar a terra com as mãos não é algo desejado ou que pode e deve ser superado, por outro, a opinião predominante – e já não se concentra mais como reivindicação exclusiva dos setores dominantes e hegemônicos – é a negação ou a condenação pura e simples do modo de vida, da forma social comunitária, da produção para subsistência e para o abastecimento local, à base de ciclos curtos de processamento e deslocamento dos produtos.

Isso pode ser alcançado mediante o acesso a utensílios e equipamentos que possam melhorar a mediação do homem com a terra e, em decorrência, aumentar a quantidade de alimentos produzidos para saciar a fome da família ou oferecidos para a comunidade, ou, ainda, melhorar as condições nutricionais. O que assume primado é a substituição desse quadro social pelas relações modernas, mediatizadas pelas máquinas que se põem à frente do bem-estar e do controle dos trabalhadores e das suas vidas, que passam a ser vinculadas, assim, ao modo industrial de produção, que não somente fetichiza o processo social como aliena produtores e consumidores. Aqui não se defende a regressividade do modo de vida, do ponto de vista tecnológico, mas que o primado seja a qualidade de vida dos homens, que os trabalhadores decidam os rumos do querer como estrutura social. Ocupa lugar central a soberania alimentar, que, antes de ser uma mera formulação ou bandeira de luta, é uma concepção de vida e de sociedade em construção e que, concretamente, põe em questão a delimitação territorial do campo, pois não se restringem à produção de alimentos, porém incluem a decisão do que produzir, como, por que, para quem produzir etc.

A isso se soma o contrassenso de um estoque de terras improdutivas (declaradamente), à base de 120 milhões de hectares que poderiam estar sendo objeto de reforma agrária, mais os 173 milhões de hectares de terras devolutas que poderiam ser destinadas à produção de alimentos, no seio da organização familiar camponesa.

Paradoxalmente, vejamos como a situação atual das áreas de plantio com soja, que aumentaram de 21,2 (em 2007) para 23,5 milhões de ha (2008), a cana-de-açúcar, de 7,1 para 8,1 milhões de ha, e, em 2009, 9,2 milhões de ha; enquanto isso, para o arroz e o feijão, ocorre o contrário, isto é, de 3,2 para 3 milhões de ha, e de 4,1 para 3,9 milhões de ha, respectivamente. (Gráfico 1).

E, se pudéssemos retomar Josué de Castro, enfatizaríamos que não somente a fome, mas sua irmã siamesa, a desnutrição, produzem famintos produtos da “ordem social imposta pelos próprios homens, pela ganância, e não dos problemas naturais, como secas prolongadas, inundações, que podem sim complicar e aumentar os efeitos da fome, todavia não são seus causadores, pois essa é expressão biológica de males sociológicos” (CASTRO, 1965, p.15). Desde os anos 1940, Josué de Castro rechaçava, em diferentes fóruns e em todos os seus livros, a chaga do latifúndio e a necessidade da reforma agrária, descrevendo com muita propriedade o trágico quadro que reservava ao minifúndio a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência, que nem sequer saciava as necessidades básicas da família.

O que se tem é que o sistema de produção e consumo alimentar é insustentável, social e ambientalmente. Para Menezes (2008), membro do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e presidente do IBASE, a raiz do problema está no fato de o alimento ter-se transformado em mera mercadoria: a única mudança em curto prazo é fazer com que governantes e empresários entendam que alimento é um direito de todos.

Dessa avaliação compartilhamos, entretanto, a mobilização social tem que ser muito mais abrangente, politizada e conscientizada de que somente a reforma agrária soberana e sob controle dos trabalhadores, com políticas públicas para produção, poderá garantir alimentos para todos e atacar de frente a chaga da fome. Vale comparar alguns números e seus conteúdos políticos e estratégicos. As informações divulgadas nos últimos meses, na grande imprensa, e confirmadas pela CONAB, para a safra 2009/2010, dão conta de que foram destinados R\$93 bilhões para o agronegócio e R\$15 bilhões para agricultura familiar, em detrimento de R\$75 bilhões e R\$13 bilhões, respectivamente, disponibilizados em 2008. Sem contar – conforme já frisamos, neste texto – os perdões e renegociações que pecuaristas, sojicultores, canavieiros empreenderam, ao longo de todos esses anos e do primeiro trimestre de 2009, em particular, sob o argumento de que acreditaram na estimulação do governo, em relação à exportação do álcool, e de que, diante da crise internacional, ficaram descapitalizados.

O que se pode apurar na atualidade, em respeito às políticas públicas de combate à fome, para nos sintonizarmos à temática da Geografia da produção de alimentos para

consumo humano e da segurança alimentar, é que, segundo levantamentos em jornais, técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de governo, críticos e comentaristas sobre a segurança alimentar e nutricional, há uma avaliação unânime de que, nos últimos cinco anos, foram realizadas ações de alcance no combate à fome no Brasil.

Alguns fatores combinados devem ser lembrados, entre os quais podemos citar o barateamento relativo dos alimentos, no período de 2000 a 2006; maior aporte público, a melhoria do acesso à renda entre os mais pobres; maior acesso à informação; disponibilidade de políticas públicas destinadas aos grupos socialmente mais vulneráveis, como o Bolsa Família, que constitui, depois da previdência social, o maior programa de distribuição de renda existente no país (BALSADI, 2004).

É oportuno notar que todos esses fatores se ligam à política agrícola, diretamente vinculada às mudanças no próprio regime de acumulação de capital dos anos 1990 ou aos rearranjos estruturais, à prevalência do neoliberalismo, à livre regulação dos preços; não obstante, no que tange à agricultura familiar, o Estado implementou, em 1995, pressionado pelos trabalhadores, em meio a um quadro de total abandono para com a produção interna de alimentos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Sem contar que um dos principais aspectos criticados do Programa Bolsa Família, em que pese seu grande alcance social e geográfico, é o caráter assistencialista. Na opinião de Frei Beto, um dos protagonistas do Programa Fome Zero, essa troca foi infeliz e retrógrada, pois, de um programa emancipatório, optou-se pelo assistencialismo, o qual não prioriza que os beneficiários produzam sua própria renda, sem depender do poder público nem correr o risco de retornar à miséria. Todavia, o essencial nessa discussão sobre a produção de alimentos, segurança alimentar e fome é que tanto o Fome Zero quanto o Bolsa Família não contavam/contam com políticas públicas e ações de Estado, de sorte a efetivamente atacar a estrutura social arcaica, a concentração fundiária e de riqueza e, de fato, estabelecer *links* com as metas do II Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), já esquecido e adormecido.

Esse desligamento de ações pode estar invertendo os papéis, ou distribuindo renda para quem quer terra para viver e trabalhar, e, num país como o Brasil, como se pretende acabar com a fome sem um Programa efetivo e abrangente de Reforma Agrária, voltado essencialmente para fortalecer a agricultura camponesa, produtora de alimentos? Com os programas em vigência, o máximo que se consegue atingir é o combate à miséria e não à desigualdade social, à fome crônica e, portanto, mantém-se sempre na corda bamba a segurança alimentar e, na extremidade, a fome como produto final de um processo social estruturalmente injusto e miseravelmente mantido pelas elites, que barram as iniciativas de cunho popular. Mas, somente pela via das disputas políticas, em diversos fóruns, será possível

fazer valer as alternativas que correspondam à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

### **Destrutivismo do modelo e o aperfeiçoamento oficial (estatal) do sistema do capital**

O fiasco da política de assentamentos que dizem ser reforma agrária, mas muito mais se assemelha a colonização, além de ineficiente, tem estimulado a grilagem de terras, sobretudo na Amazônia, para onde o Estado quer exportar os trabalhadores sem terras, com o objetivo de pulverizar e desmobilizar os focos de resistência localizados no Nordeste e no Centro-Sul, nas proximidades das novas áreas de expansão do agronegócio. Só nos primeiros três anos de mandato do governo Lula (2003-2005), em relação a três anos de FHC, estas aumentaram 340%, ou seja, de 4,5 milhões de hectares para 20,1 milhões de hectares. Se estivesse sendo acompanhado de políticas públicas para viabilizar os assentamentos para a produção de alimentos, conteria alguns aspectos positivos; mas nem isso, além do desejo de dispersar a discussão/execução da política de assentamentos distante dos lugares onde os conflitos são mais acirrados, em virtude da disputa de terras etc.

Enquanto o Estado e o capital faltam com políticas públicas, financiamentos, garantia de preços mínimos para os agricultores familiares já estabelecidos e desmobilizam os trabalhadores sem terra, potenciais produtores de alimentos assentando-os nas áreas despovoadas da Amazônia Legal, se consolida no Brasil uma Geografia da produção de alimentos, com base na *commoditização* e com sérios reflexos para o conjunto da sociedade: 1) intensificação das áreas já destinadas à agricultura empresarial, como os cerrados, acabando com os últimos resquícios de mata nativa, conforme os casos do Maranhão e do Piauí, o adensamento em Goiás e Mato Grosso, nas áreas de chapadas, principalmente para a soja, milho, café e também, em algumas porções, a cana-de-açúcar substitui a soja; 2) o processo mais intenso e amplo de expansão da soja e da cana-de-açúcar, associado à instalação das plantas agroprocessadoras, delimita-se geograficamente ao Triângulo Mineiro, Norte-Nordeste e Centro-Oeste de São Paulo, Noroeste do Paraná, Leste do Mato Grosso do Sul, Centro-Sul de Goiás, no que denominamos Polígono do Agronegócio, onde se concentram 85% da cana moída no Brasil; 3) esse processo de expansão da agricultura voltada para a exportação e o agrocombustível, no caso do álcool (anidro e hidratado), não reserva – como dizem até os órgãos oficiais –, mas também substitui, desterritorializa as áreas de plantio de arroz e feijão; 4) é evidente que a redução da oferta desses alimentos da cesta

básica provoca ainda o deslocamento dessas culturas para terras de pior qualidade e mais distantes dos centros consumidores, o que pode agravar ainda mais a carestia. Sem contar que a procura por terra, no Brasil, para a especulação, expansão das pastagens, plantio de agrocombustíveis e *commodities*, tem elevado o preço das terras, conseqüentemente, impacta o preço dos alimentos; 5) a extinção do sistema público de armazenamento, com o fim da CIBRAZEM, em 1990, motivada por denúncias de corrupção e malversação dos estoques, desobrigou o governo federal de fazer aquisições, para manter estoques reguladores, mas é evidente que isso não combinava com a livre regulação do mercado regulada pela cartilha neoliberal e, por conseguinte, mais uma vez os produtos da cesta básica tiveram um duro golpe, no que tange à garantia mínima de acesso para aqueles que dispõem de renda, apesar de a CONAB ter mantido alguns expedientes em vigência; 6) as áreas tradicionais de plantio de soja e milho, à base de médios e médio-grandes (até 1000 hectares), no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se mantêm, consorciadas com o plantio de feijão e milho; 7) os camponeses, que, à base da estrutura familiar, apesar das dificuldades, produzem para o autoconsumo e ofertam 50% dos produtos da cesta básica para os consumidores urbanos; 8) a expansão desenfreada das pastagens para a Amazônia Legal, já despontando com o maior rebanho do país (90 milhões de cabeças), à base de desmatamento, expulsão de posseiros, índios, comunidades tradicionais, expropriação de camponeses; 9) esse movimento, que revela a substituição do plantio de arroz, feijão, mandioca e, de certa forma, o milho forrageiro, por plantio de soja e milho para exportação e cana-de-açúcar para cumprir uma agenda igualmente vinculada ao mercado externo dos agrocombustíveis, está ocorrendo em várias regiões do país; 10) os interesses privados, à frente da produção de alimentos, que estão vinculados ao circuito de valorização da produção de capital e especulação, constituem mais uma agravante para considerarmos a segurança alimentar. Ocupando-nos dessa espacialidade do capital, podemos entender que o que é imprescindível para o conjunto da sociedade é objeto de controle de poucas empresas. Mesmo que 10% do que se produz de alimentos seja comercializado, e as empresas faturem bilhões de dólares às custas de toda uma base de dominação e controle que influi nas estruturas produtivas e na geografia da produção, isso se dá com mais ênfase nas periferias do sistema (América Latina, África, Ásia), onde se concentram 75% de pobres que vivem nos campos, resultando, pois, em 1,1 bilhão de famintos (ONU, 2008).

Essa equação social suicida que dá sustentação ao metabolismo do capital para todo o planeta é financiada pelos órgãos gestores e de fomento (OMC, OCDE, FMI, MB) e enraizada por meio de políticas regionalizadas e específicas, como a PAC (União Europeia), a *Farm Bill* (EUA) e outros acordos de menor expressão. De um modo geral, a Geografia da

produção de alimentos no mundo está sob os efeitos dos rearranjos do capital, da *commoditização* e da consolidação da agricultura de exportação e da centralização de capitais, no setor alimentício, que, ainda que não se aplique concretamente, reforça os efeitos nocivos da mercantilização da produção de alimentos, rebatendo no abastecimento. Tanto é que, enquanto cresce a produção de cereais e alimentos, no mundo, cresce em escala maior, segundo a ONU (2008), o número de famintos, isto é, o destrutivismo do modelo está em linha direta com o aperfeiçoamento oficial da maneira de executar as políticas públicas ou, mais precisamente, a viabilização dos interesses comerciais, estratégicos e logísticos do capital e dos setores da burguesia que controlam as estruturas de Estado.

Quer dizer, estamos abordando um processo que foi capaz de ampliar três vezes a capacidade de produção de alimentos, desde a II Guerra (1950-2008), todavia aumentou 4,5 vezes a quantidade de famintos no mundo, de forma que, com os efeitos da crise, essa cifra atinge 1,8 bilhões de pessoas (ROSSET, 2008). O autor afirma que esse sistema produtor de mercadorias consegue produzir alimentos para toda a humanidade, mas, ao passar pela mediação do mercado, exclui  $\frac{3}{4}$  dos consumidores.

O que estamos assistindo, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais do setor alimentício, que, por sua vez, contêm todos os elementos da integração entre produtores de soja e milho e criadores de frangos e porcos, os canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel (mistura de gordura vegetal ou animal ao álcool etílico ou metílico), nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco das classes dominantes, as quais demonstram com todas as letras a amplitude e o jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema (THOMAZ JUNIOR, 2008).

Essa nova Geografia do campo expressa os novos conteúdos da renda da terra, que sinalizam a substituição das áreas de pastagens e de outras culturas, o avanço sobre as terras indígenas e os biomas naturais, a exemplo do Cerrado, Amazônia, Pantanal e o que resta de Mata Atlântica, bem como a desestruturação de comunidades camponesas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas etc., mediante a expansão voraz do capital, personificado no agronegócio, seja ele com qual bandeira for: canavieiro, sojicultor, milho, algodão, eucalipto, pinus, barragens<sup>20</sup>.

## **Considerações finais**

É por isso que, quando se põe em questão a produção de agrocombustíveis, é necessário explicitar os desenhos da estrutura produtiva, as dinâmicas econômica, política e geográfica que lhes estão na base de sustentação e, conseqüentemente, o modelo de organização social correspondente.

É nesse turbilhão que o abandono dos fundamentos conservacionistas, a garantia da “socioética biodiversidade” e a participação social plena, na formulação/execução de “estratégias públicas para obtenção de alternativas de energia renovável, em especial a partir de biomassa”, são radicalmente modificados e travestidos, resultando na prevalência do modelo concentracionista e destrutivo do capital, renovado nos anos 1990, sob o império neoliberal. Esse intento está se viabilizando por dois caminhos bem definidos. O primeiro, por meio de campanhas publicitárias e com o apoio dos seus apaniguados de toda sorte (políticos em geral, chefes de Estado e de governo, sindicalistas, pesquisadores etc.). O segundo se soma ao primeiro e se enraíza nas políticas públicas que aceitam e internalizam as pressões do grande capital, dos produtores de soja, para garantir privilégios, mesmo se sabendo que, comparativamente ao dendê e outras oleaginosas, é de baixo rendimento, mas é do seu processamento que se produz 80% do agrodiesel, tão defendido pelo capital como alternativa renovável e sustentável, ficando 15% para gordura animal e o restante para outros óleos (CARVALHO, 2008, p.1-2).

Da mesma maneira que, num esforço de síntese, apostar estarmos diante da *biocivilização*, como tenta incutir a grande imprensa, talvez não garanta a defesa de que, para resolver a crise alimentar, é imperioso que se resolva a crise social, ou seja, “colocar no centro do debate a questão social e discutir com que modelo se pretende produzir mais agrocombustíveis e mais alimentos” nos faz mudar o foco do assunto, porque o modelo de sociedade que queremos construir ou que poderia resolver a questão da produção e do consumo de alimentos e dos agrocombustíveis requer que foquemos o homem no centro do processo. Isso nos inspira a sinalizar estarmos diante de um contra-ataque do *biocolonialismo*<sup>21</sup>, quer dizer, da ofensiva da apropriação privada sobre as formas de vida.

De mais a mais, a problemática continua ausente, tanto nos pronunciamentos, quanto nas ações políticas dos governantes, ainda que sejam vários os aspectos centrais desse assunto: uma política de abastecimento capaz de beneficiar o conjunto da massa trabalhadora, de um planejamento agroecológico com prerrogativa para definir com correção os espaços produtivos adequados para os diferentes produtos agropecuários, e políticas públicas que priorizem financiamentos e subsídios para a produção e abastecimento interno para as

---

<sup>20</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

<sup>21</sup> CF. THOMAZ JUNIOR, 2002.

populações pobres. Sem falar no total esquecimento da questão agrária, no Brasil, da sua substituição pelas políticas de desenvolvimento (territorial) rural sustentável, ou da adoção de expedientes e de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar integrada aos esquemas integrados dominados pelo capital (agroindustrial, redes de distribuição, comercialização), em detrimento dos protagonistas que defendem a necessidade da reforma agrária, da afirmação do camponês enquanto sujeito capaz de produzir alimentos sãos, manter-se na terra e conciliar a unidade familiar com a construção de formas autônomas de produção.

Desse modo, os elementos que gravitam, em nível internacional, para os setores dominantes, independentemente da escala (internacional, continental, regional), têm a ver com a preocupação mercadológica, a ser garantida, principal e não exclusivamente, pelos bons argumentos com tonalidades diplomáticas, com potencial de convencimento junto ao FMI, OMC.

Esse é o ponto central das nossas reflexões. E a geografia do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro inegavelmente está condenando as florestas nativas, as comunidades tradicionais, as nascentes, os camponeses, os solos e, de modo geral, toda a sociedade a vivenciar a inconstância dos altos e baixos dos preços dos alimentos, a impraticabilidade da segurança alimentar – e o pior, o aumento das fileiras dos famintos.

Com isso, afirmamos que esse modelo de sociedade não está condenado ao insucesso somente no que tem a ver com a produção de alimentos. É hora de transformações, é o momento para essa chamada de atenção, é necessário construí-la.

## Referências

ECONEXUS. **Tecnologia Terminator e Contaminação Genética**. São Paulo, 2005. Disponível em: [www.econexus.info](http://www.econexus.info). Acesso em: 08 jul., 2010.

GUARINO, L.; RAMANTHA RAO, V.; REID, R. **Collecting plant genetic diversity: technical guidelines**. Wallingfor: CAB Internacional/IPGRI, 1995.

GUAZZELLI, M. J.; MEIRELLES, L.; BARRETO, R.; GONÇALVES, A.; MOTRER, C.; RUPP, L. C.; **Servicios del agroecosistema: una experiencia en la Sierra Gaucha**. **Leisa, Revista de Agroecología**, Ipê, 22, V.4, marzo de 2007. Disponível em: [http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=show-blob-html.tpl&p\[o\\_id\]=111812&p\[a\\_id\]=211&p\[a\\_seq\]=1](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=show-blob-html.tpl&p[o_id]=111812&p[a_id]=211&p[a_seq]=1). Acesso em: 22 mai. 2009.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente, 2009.

PACKER, L. **Direito dos agricultores e agrobiodiversidade**. Brasília, 2010. (Audiência Pública – Câmara dos Deputados). (mimeo.).

STEINBRECHER, R. Is V-GURTs (*Terminator*) the answer to transgene contamination? **EcoNexus**. London, 2005. Disponível em: [www. pt .banterminator.org](http://www.pt.banterminator.org). Acesso em: 19 abr. 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. **o agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no brasil do século xxi**. Campo Território, Uberlândia, 2010. (Direcionado).

VINCENT, B.; EYZAGUIRRE, P.; JOHNS, T. The nutritional role of forest plant foods for rural communities. In: COLFER, C. J. P. (Org.). **Human Health and Forests**. A Global Overview of Issues, Practice and Policy. London: Earthscan, 2008.